

NEGAÇÃO IMPLÍCITA, MODALIDADE E EVIDENCIALIDADE NO DISCURSO PRESIDENCIAL DE POSSE. Talita Barizon, Marize Mattos Dall’Aglio-Hattner. - **Linguística – Licenciatura em Letras com habilitação em francês – Departamento de Estudos Linguísticos e Literários – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – Campus de São José do Rio Preto.**

Tendo como objetivo principal descrever, semântica e pragmaticamente, os recursos disponíveis ao falante para a indicação da negação implícita nos discursos políticos presidenciais de posse, pretendemos, com este projeto de Iniciação Científica, verificar a relação estabelecida entre os verbos da classe dos implicativos negativos e a atenuação da força ilocucionária. Concomitantemente, propomos a análise da funcionalidade da negação implícita como expressão de descomprometimento e de polidez, o que implica verificar que tipo de relação pode-se estabelecer entre a implicitação da negação e a modalidade ou a evidencialidade.

Para a análise da importância da negação implícita na composição do conjunto de conhecimentos que o falante deseja compartilhar com o ouvinte, buscamos a fundamentação teórica no Funcionalismo, abordagem teórica que considera a língua como um instrumento mediador das relações comunicativas entre os usuários e que concebe a sintaxe e a semântica como instâncias interligadas que devem ser estudadas dentro do quadro da pragmática.

Para a Gramática Funcional, segundo a proposta de Dik (1997), a interação verbal consiste, de uma maneira bastante simplificada, em um jogo entre falante e ouvinte que leva em conta intenções, informações pragmáticas e antecipações das interpretações, ou seja, o falante produz seu enunciado tendo em vista sua intenção, sua informação pragmática e sua antecipação do que pode vir a ser a interpretação do ouvinte, enquanto este, por sua vez, interpreta o enunciado produzido pelo falante considerando sua informação pragmática e a reconstrução do que poderia ter sido a intenção comunicativa do falante. Obedecendo a dois tipos de sistemas de regras que governam a Linguística – o primeiro concerne às regras semânticas, sintáticas, morfológicas, fonológicas e o segundo às regras pragmáticas -, Dik (1989) associa as capacidades relacionadas ao falante (linguística, epistêmica, lógica, perceptual e social) à intenção comunicativa parcialmente codificada no conteúdo da expressão linguística e à informação pragmática para explicar o sucesso comunicativo na produção de sentido por meio de expressões linguísticas entre os interlocutores de uma dada interação verbal.

A escolha desta teoria nos traz implicações metodológicas; assim, a investigação proposta acima é feita a partir da análise da língua em uso. Desta forma, o *corpus* de nossa pesquisa é composto por 11 discursos de posse pronunciados pelos presidentes do Brasil no período de 1964 até os nossos dias (do Marechal Castelo Branco ao atual presidente Luís Inácio Lula da Silva).

Admitindo que a negação desempenha papel fundamental na construção da argumentação, este trabalho tem como objetivo a verificação da relação que se estabelece entre verbos da classe dos implicativos negativos e a atenuação da força ilocucionária e da funcionalidade da negação implícita como expressão de polidez e de descomprometimento do falante. Segundo Ducrot, existem dois motivos principais que provocam a necessidade da utilização do implícito em qualquer tipo de texto: primeiro, porque “há, em toda coletividade, mesmo nas aparentemente mais liberais ou livres, um conjunto não-negligenciável de tabus linguísticos” e segundo, porque “tudo o que é dito pode ser contradito. De tal forma que não se poderia anunciar uma opinião ou um desejo sem expô-los ao mesmo tempo às eventuais objeções dos interlocutores” (Ducrot, 1972, p.14). Em se tratando de enunciados implícitos, torna-se interessante verificar a maneira com que as negações implícitas são “ditas”, uma vez que sempre ocorrem em sentenças afirmativas. Os itens lexicais que ativam o fenômeno da negação implícita serão aqui chamados de *desencadeadores de negação*, pois, sendo implícita, essa negação não pode ser expressa por meio de operadores. Para tanto, consideraremos os moldes da investigação empreendida por Neves (2000) para a negação explícita, ao analisar os valores semânticos associados às formas de expressão da negação implícita.

Ressaltamos que o desenvolvimento deste projeto está em plena fase de levantamento e análise dos dados, portanto, apresentaremos apenas o resultado parcial destes dados, algumas considerações teóricas pertinentes para a análise que está em curso e os possíveis fatores de análise que caracterizam o tipo de negação implícita, ou seja, a forma da expressão que a contém, o grau de

envolvimento do falante com seus interlocutores, a sintaxe da expressão, o momento histórico em que foi pronunciado o discurso, entre outros.

A primeira etapa da apresentação dos resultados obtidos diz respeito à quantificação das ocorrências de negações implícita e explícita nos 11 discursos presidenciais de posse. Mesmo não fazendo parte da análise, a quantificação da negação explícita torna-se necessária para que possamos mostrar como as relações de escopo são mantidas ou alteradas quando se trata de negação implícita, fazendo assim, um contraponto semântico entre as duas ocorrências. Nos baseamos ainda em um conjunto de parâmetros apresentados no relatório parcial enviado à FAPESP, referente aos fatores de análise iniciais: categoria do desencadeador da negação implícita (ou lexical ou gramatical), tipo de desencadeador (e, entre esses, especial atenção será dada à categoria dos verbos implicativos negativos, além de marcadores discursivos e elementos que marcam polaridade semântica), a importância da força ilocucionária (asseverada, atenuada ou neutra), os tipos de evidencialidade e modalidade presentes no contexto (entre as modalidades temos a epistêmica, a deôntica, a volitiva e a facultativa). A classe dos verbos implicativos negativos nos chamou a atenção pela frequência com que aparece nos discursos e pelo valor semântico negativo pressuposto de verbos como *restaurar*, *voltar a*, *deixar de*, *implantar*, *impedir* entre outros, que é imediatamente transferido para o conteúdo da oração completiva, ainda que a oração mantenha sua forma afirmativa.

Referências bibliográficas:

- DALL'AGLIO-HATTNER, M.M. *Evidencialidade e modalidade: forma e função*. (Relatório de pesquisa). São Paulo: FAPESP, 2001.
- _____. *A construção do efeito de (des)comprometimento do falante*. Estudo Lingüísticos, v.26, p.261-267, 1997.
- DIK, S. *The Theory of Functional Grammar*. Part I: The structure of the clause. 2nd.ed. Dordrecht: Foris, 1997a.
- DIK, S. *The Theory of Functional Grammar*. Part II: Complex and derived constructions. 2nd.ed. NY: Mouton de Gruyter, 1997a.
- DUCROT, O. *Dire et ne pas dire: principes de sémantique linguistique*. Paris: Hermann, 1972.
- _____. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.
- HENGEVELD, K. & MACKENZIE, J.L. (no prelo). *Functional Discourse Grammar*. Oxford: Oxford University Press
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. *L'implicite*. Paris: Armand Colin Éditeur, 1986.
- NEVES, M.H.M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- _____. *Gramática de usos do Português*. São Paulo: EdUNESP, 2000.
- RISSELADA, R. *Illocutionary Function and Functional Illocution*. University of Amsterdam, 1990

Bolsa: FAPESP (processo: 05/58126-3).